

g) Autorizar a constituição, reconstituição e movimentação de fundos de maneio até ao montante máximo correspondente a um duodécimo das dotações orçamentais, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 152/92, de 28 de Julho;

h) Autorizar a realização de despesas por conta do orçamento do Gabinete até ao limite previsto na alínea a) do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 17 de Novembro;

i) Autorizar despesas com refeições do pessoal do Gabinete ou afectos ao mesmo, nos termos da legislação aplicável;

j) Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços além do prazo regulamentar;

l) Autorizar a inscrição e participação do pessoal do Gabinete em congressos, seminários, estágios, reuniões, colóquios, cursos de formação e outras acções da mesma natureza que decorram em território nacional ou no estrangeiro, bem como os encargos decorrentes;

m) Autorizar deslocações em serviço do pessoal do Gabinete, no território nacional ou no estrangeiro, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte, incluindo por via aérea, e de ajudas de custo, antecipadas ou não, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 192/95, de 28 de Julho, e 106/98, de 24 de Abril, conjugados com o estabelecido nos decretos-leis de execução orçamental;

n) Autorizar, em casos excepcionais de representação nas deslocações em serviço ao estrangeiro e no território nacional, a satisfação dos encargos com o alojamento e a alimentação, contra documentos comprovativos das despesas efectuadas, nos termos, respectivamente, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de Julho, e do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;

o) Autorizar, em situações devidamente justificadas, o alojamento em estabelecimento hoteleiro superior a 3 estrelas, sem prejuízo da atribuição de 70% da ajuda de custo diária, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de Julho;

p) Autorizar o pessoal do Gabinete a conduzir veículos do Estado, nos termos do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro;

q) Autorizar a deslocação de viaturas do Gabinete ao estrangeiro;

r) Autorizar a requisição de passaportes de serviço oficial, nos termos dos artigos 30.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, a favor de individualidades por mim designadas para se deslocarem ao estrangeiro e cuja despesa constitua encargo do Gabinete.

2 — Fica autorizada a subdelegação das competências delegadas nos adjuntos do meu Gabinete.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Abril de 2010, ficando por este meio ratificados, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados no âmbito das competências abrangidas por esta delegação de competência, até à data da sua publicação.

20 de Maio de 2010. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

203289098

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 9110/2010

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 05.05.2010:

Licenciados Benjamim Magalhães Barbosa e Álvaro António Mangas de Abreu Dantas, Juizes Desembargadores, nomeados para exercer, no Centro de Estudos Judiciários, em regime de acumulação, pelo período de três anos, renovável, as funções de Coordenador Regional, na área de jurisdição do Tribunal Central Administrativo Sul e na área de jurisdição do Tribunal Central Administrativo Norte, respectivamente, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 84.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2010.

Lisboa, 24 de Maio de 2010. — *Maria Eufémia Fonseca*, Directora do Departamento de Apoio Geral.

203297765

Despacho (extracto) n.º 9111/2010

Por Despacho da Directora do Centro de Estudos Judiciários, Juíza Desembargadora, Ana Luísa Passos Geraldês, de 24 de Maio de 2010:

Nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, foi fixado o número e a organização dos júris de selecção, para as provas da fase oral e da avaliação curricular a que alude o artigo 15.º n.º 1 alínea b) e n.º 2 e os artigos 19.º, 20.º e 21.º todos da lei supra men-

cionada, relativos ao concurso de ingresso no XXIX Curso Normal de formação inicial teórico-prática de magistrados dos Tribunais Judiciais e II Curso Normal para Juizes dos Tribunais Administrativos e Fiscais, na forma que se segue:

Júris das Provas Orais

Tribunais Judiciais

Júri A

Isabel Francisca Reptsina Aleluia São Marcos, Procuradora Geral Adjunta, Presidente;

Francisco Pereira Coutinho, Docente Universitário;
Dulce Margarida de Jesus Lopes, Docente Universitária;
Pedro Trovão do Rosário, Professor Universitário;
Carlos Manuel Rodrigues Almeida, Juiz Desembargador.
Suplentes:

Maria da Conceição Alves Gonçalves, Juíza Desembargadora;
Júlio Francisco Teixeira Pina Martins, Procurador da República;
Maria Filomena Miranda Almeida Cunha, Procuradora da República;
António Augusto Tolda Pinto, Procurador da República;
Rogério Freitas Sousa, Advogado;
Fernando António Portela Rocha de Andrade, Docente Universitário.

Júri B

João Moreira Camilo, Juiz Conselheiro, Presidente;
Alessandra Aparecida Souza da Silveira, Professora Universitária;
Cecília Anacoreta Correia, Advogada;
Paulo Costa e Silva, Procurador Adjunto;
Ricardo Leite Pinto, Docente Universitário.
Suplentes:

Albano Manuel Morais Pinto, Procurador da República;
João Tiago Morais Antunes, Docente Universitário;
Manuel Gonçalves, Procurador da República;
André Figueiredo, Docente Universitário;
António José Barrocal Fialho, Juiz de Direito;
Rodrigo Maria de Almeida Esteves de Oliveira, Docente Universitário.

Júri C

António Pais Agostinho Homem, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;

Leopoldo Camarinha, Advogado;
Ana Rita Gil, Docente Universitária;
José Manuel Cabrita Vieira e Cunha, Juiz Desembargador;
Maria Eduarda Azevedo, Professora Universitária;
Suplentes:

Paulo Pinto de Albuquerque, Professor Universitário;
Carla Maria Fermento Amado Gomes, Professora Universitária;
Luís Manuel Maia Mota Carmo, Procurador da República;
Pedro Garcia Marques, Docente Universitário;
Renato Gonçalves, Professor Universitário;
Rui Santos, Advogado.

Júri D

João Luís Marques Bernardo, Juiz Conselheiro, Presidente;
Américo Fernando de Gravato Morais, Professor Universitário;
Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, Procuradora Geral Adjunta;

Paula Margarida Cabral dos Santos Veiga, Docente Universitária;
Sampaio da Nora, Advogado.
Suplentes:

Bernardo Mascarenhas de Almeida Azevedo, Docente Universitário;
Henrique Ataíde Rosa Antunes, Juiz Desembargador;
Manuel Ribeiro Soares, Procurador-Geral-Adjunto;
Maria da Graça Jerónimo Enes Ferreira, Docente Universitária;
Tiago Caiado Guerreiro, Advogado.
Maria Laurentina Guerreiro Custódio, Procuradora Adjunta;
Manuel Pires, Docente Universitário.

Júri E

Gil Félix Rocha Almeida, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;
António Martins de Almeida, Docente Universitário;
Miguel Santana, Advogado;
Jorge Manuel Ortins de Simões Raposo, Juiz Desembargador;

Maria Manuela Magalhães Silva, Professora Universitária.
Suplentes:

Alexandra Maria Viana Parente Lopes, Juíza de Direito;
Ana Maria Pereira de Moura Resende, Juíza Desembargadora;
José Paulo Ribeiro Albuquerque, Procurador da República;
Senra da Costa, Advogado;
Tiago Macieirinha, Docente Universitário;
Maria Isabel Helbling Meneres Campos, Docente Universitária;
Rita Calçada Pires, Docente Universitária;
António José Moreira, Professor Universitário.

Júri F

Carlos Alberto Andrade Bettencourt de Faria, Juiz Conselheiro, Presidente;

José Domingues, Professor Universitário;
Ana Soares Pinto, Docente Universitária;
Isabel Charneco, Advogada;
Olindo Santos Geraldês, Juiz Desembargador.
Suplentes:

Duarte Oliveira, Advogado;
Fernando Conceição Bento, Juiz Desembargador;
Margarida Silva Pereira, Professora Universitária;
Mário Luís Gorraz Godinho, Procurador da República;
Ravi Afonso Pereira, Docente Universitário;
Sérgio Manuel Valadas Silva Pena, Procurador Adjunto;
Alberto Francisco Ribeiro de Almeida, Professor Universitário.

Júri G

Manuel Pereira Augusto de Matos, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;

Luís Filipe Castelo Branco do Espírito Santo, Juiz Desembargador;
João Nuno Cruz Matos Calvão Silva, Docente Universitário;
Jorge Pereira da Silva, Docente Universitário;
José Borges Pinto, Advogado.
Suplentes:

Engrácia Delgado, Advogada;
Fernando Licínio Lopes Martins, Docente Universitário;
João Carlos Pires Trindade, Juiz Desembargador;
Carla Inês Brás Câmara, Juíza de Direito;
Mário Ferreira Monte, Professor Universitário;
Pedro Marinho Falcão, Docente Universitário;
Ana Teresa Pinto Leal, Procuradora da República.

Júri H

Orlando Viegas Martins Afonso, Juiz Conselheiro, Presidente;
Luís Domingos Silva Morais, Professor Universitário;
Orlando Amorim Damas Barroso, Procurador da República.
Ricardo Candeias, Advogado;
Vasco Costa Brandão de Moura Ramos, Docente Universitário;
Suplentes:

Pedro Cordeiro, Docente Universitário;
Fernando José dos Santos Pinto Torrão, Professor Universitário;
Jaime Martins, Advogado;
João Salvador Velez Pacheco Amorim, Professor Universitário;
José António Mouraz Lopes, Juiz de Direito;
Tiago Canha Santos, Advogado;
Jorge Albino Alves Costa, Procurador da República.

Júri I

Adriano Fraxenet Cunha Chuquere Gonçalves, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;

Francisco Teixeira da Mota, Advogado;
Ilídio Sacarrão Martins, Juiz Desembargador;
Armando Rocha, Docente Universitário;
Luís Pereira Coutinho, Professor Universitário.
Suplentes:

Soares Machado, Advogado;
Carlos Alberto Casimiro Nunes, Procurador Adjunto;
Mário Ferraz de Oliveira, Professora Universitária;
Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes, Juiz Desembargador;
José António Lopes Ranito, Procurador Adjunto;
Vera Eiró, Docente Universitária;
Fátima Gomes, Docente Universitária.

Júri J

Hélder João Martins Nogueira Roque, Juiz Conselheiro, Presidente;
Juliana Coutinho, Docente Universitária;
Marta Chantal da Cunha Machado Ribeiro, Docente Universitária;
Pedro Mesquita Caldeira, Advogado;
Vitor José Santos Cabrita, Procurador da República.
Suplentes:

António Amaral Ferreira, Juiz Desembargador;
António Cordeiro, Professor Universitário;
Fernando Manuel Pinto Almeida, Juiz Desembargador;
Francisco José Guimarães Castelo Branco Ribeiro, Professor Universitário;
António Ferreira de Cima, Advogado;
Vânia Esteves da Costa Henriques Ramos, Docente Universitária.

Júri L

João Dias Borges, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente
João Henriques dos Santos Ramos, Procurador-Geral-Adjunto;
Catarina Botelho, Docente Universitária;
José Luís Caramelo Gomes, Professor Universitário;
Paulo Lima Santos, Advogado.
Suplentes:

Anabela Dias Silva, Juíza Desembargadora;
José António Teles Pereira, Juiz Desembargador;
Manuel Augusto Alves Meiréis, Docente Universitário;
Manuel Carlos Lopes Porto, Professor Universitário;
Fernanda Paula Marques Oliveira, Docente Universitária;
José Leitão, Advogado;
Maria Gomes Bernardo Perquilhas, Juíza de Direito.

Júri M

José Rodrigues dos Santos, Juiz Conselheiro, Presidente;
Aníbal Simões, Advogado
João Eugénio Serpa Botelho de Melo, Procurador da República;
Miguel Maria Tavares Festas Gorjão-Henriques da Cunha, Docente Universitário;
Rui Miguel Sousa Simões Fernandes Marrana, Docente Universitário.
Suplentes:

Gião Falcato, Advogado;
António Eduardo Baltar Malheiro de Magalhães, Docente Universitário;
Edmundo Francisco Gonçalves, Procurador da República;
João Pires Cardoso Alves, Procurador Adjunto;
Mário Manuel Batista Fernandes, Juiz Desembargador.

Suplente comum aos júris A/B — Alexandre Ferreira Baptista Coelho, Juiz Desembargador.

Suplente comum aos júris A/C — Lucília Maria Neves Franco Morgadinho Gago, Procuradora-Geral-Adjunta.

Suplente comum aos júris B/M — Victor João Vasconcelos Raposo Ribeiro Calvete, Docente Universitário.

Suplente comum aos júris C/D — Natalino Carapeto Bolas, Juiz Desembargador.

Suplente comum aos júris D/I — Carlos Manuel Carapeto Morgadinho Gago, Procurador-Geral-Adjunto.

Suplente comum aos júris E/H — António Albergaria Samara, Advogado.

Suplente comum aos júris F/H — Gonçalo Maria Pereira de Melo Breyner, Procurador da República.

Suplentes comuns aos júris G/L — Mário Fernando Gonçalves Lisboa, Procurador da República.

Suplentes comuns aos júris J/M:

Bruno Mário Coutinho Gorjão de Gouveia, Juiz de Direito;
Viriato Gonçalves Reis, Procurador da República.

Na falta ou impedimento do Presidente de júri nomeado este será substituído pelos membros dos respectivos júris discriminados como se segue:

Júri A — Alexandre Ferreira Baptista Coelho, Juiz Desembargador.

Júri B — Albano Manuel Morais Pinto, Procurador da República.

Júri C — José Manuel Cabrita Vieira e Cunha, Juiz Desembargador.

Júri D — Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, Procuradora-Geral-Adjunta.

Júri E — Jorge Manuel Ortins de Simões Raposo, Juiz Desembargador.

Júri F — Olindo Santos Geraldês, Juiz Desembargador.

Júri G — Luís Filipe Castelo Branco do Espírito Santo, Juiz Desembargador.

Júri H — Orlando Amorim Damas Barroso, Procurador da República;

Júri I — Ilídio Sacarrão Martins, Juiz Desembargador.

Júri J — António Amaral Ferreira, Juiz Desembargador.

Júri L — João Henriques dos Santos Ramos, Procurador-Geral-Adjunto.

Júri M — Mário Manuel Batista Fernandes, Juiz Desembargador.

Tribunais Judiciais — Via de acesso a que se refere a segunda parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro

Júri A

Álvaro da Cunha Gomes Rodrigues, Juiz Conselheiro, Presidente;
Cristina Borges de Pinho, Advogada;
Maria Dina da Fonseca Lopes Ferreira, Notária;
Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias, Procurador da República;
Rodolfo Lavrador, Advogado.
Suplentes:

Cláudia Crispim dos Santos Augusto, Conservadora do Registo Predial;
João Manuel de Matos Ramos, Procurador da República;
Leonor Chastre, Advogada;
Leonor Gaspar, Advogada;
Rui Daniel Ferreira, Docente Universitário;
Maria de Fátima Barata Pinto Galante, Juíza Desembargadora;
Maria Ivone Figueiredo Lopes de Barros Fernandes, Conservadora do Registo Predial;
Nuno Maria Rosa Silva Garcia, Juiz Desembargador.

Júri B

Vítor Manuel Matos Franco, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;
João Vaz Rodrigues, Advogado;
João Perry da Câmara, Advogado;
José Manuel Costa Galo Tomé de Carvalho, Juiz de Direito;
Morais da Fonte, Advogado.
Suplentes:

José Miguel Sardinha, Advogado.
Jorge Manuel Almeida dos Reis Bravo, Procurador da República;
Maria Celeste Pavia Fazeres, Conservadora do Registo Predial;
Rui Santana, Advogado;
Maria José Carrinho Correia, Notária;
Maria Lucete de Almeida, Conservadora do Registo Predial;
Stela Barbas, Professora Universitária;
Albino Mendes Baptista, Docente Universitário.

Júri C

José Manuel Santos Pais, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;
César Gomes, Notário;
Fernando José Silva, Professor Universitário;
José Eduardo Miranda Santos Sapateiro, Juiz Desembargador;
Rodrigo Santiago, Advogado.
Suplentes:

Carlos Frederico Gouveia Matos Martinho Figueira, Procurador Adjunto;
Isabel Ferreira Quelhas Galdes, Conservadora do Registo Predial;
José Eusébio dos Santos Soeiro de Almeida, Juiz de Direito;
Maria da Conceição Sousa Ligeiro, Procuradora da República;
Maria da Graça Semedo Dias Chambel, Notária;
Mário Marques Mendes, Advogado;
Pedro Tenreiro Biscaia, Advogado;
Sílvio Bairrada, Advogado.

Júri D

António Manuel Machado Moreira Alves, Juiz Conselheiro, Presidente;
Adelaide Menezes Leitão, Professora Universitária;
Joana Constança Gouveia de Campos e Lencastre, Notária;
Luís César Marques Pinto Gomes, Procurador da República;
João Cirne Tomar, Advogado.
Suplentes:

Abílio Fernandes Gomes Oliveira Silva, Notário;
Diogo Drago, Advogado;
Renato Militão, Advogado;
José Fernando Magalhães Soares Tomé, Procurador Adjunto;

José Frederico Nogueira, Advogado;
Maria da Felicidade Borges de Oliveira, Procuradora Adjunta;
Maria José Mouro Marques da Silva, Juíza Desembargadora;
Paulo Manuel de Sousa Eira Ramos Jerónimo, Conservador do Registo Predial.

Júri E

António Leones Dantas, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;
Armindo Saraiva Matias, Professor Universitário;
Flávio Serrano Roques, Advogado;
João Francisco Aveiro Pereira, Juiz Desembargador;
João José Gonçalves Antunes Afonso, Notário.
Suplentes:

Adérito Pires, Advogado;
Ana Paula Santos Mealha Guerreiro Belmarço, Conservadora do Registo Predial;
Anabela de Jesus Raimundo Fialho, Juíza de Direito;
Filipe Carneiro, Advogado;
Jorge Manuel Semedo Pereira Jesus Rovisco, Procurador Adjunto;
José Rodrigues Lourenço, Advogado;
Mário Teixeira, Advogado;
Olga Maria Barreto Gomes, Notária.

Júri F

José António Barreto Nunes, Juiz Conselheiro, Presidente;
Carmo Sousa Machado, Advogada;
Ana Maria Carvalho Massena Carreiro, Procuradora da República;
Isabel Cristina Saavedra e Afonso Branco, Conservadora do Registo Predial;
Rito Pereira, Advogado.
Suplentes:

Francisco Baptista Medeiros, Procurador Adjunto;
Francisco Macedo Toco, Advogado;
Margarida Alves Vacas, Advogada;
Luísa Maria Martinho Almeida Antunes, Notária;
Anabela Rodrigues Nunes Conceição Duarte Pinheiro, Procuradora Adjunta;
Fernando Pereira Rodrigues, Juiz Desembargador;
Rui Miguel Madureira de Almeida, Conservador do Registo Predial;
Fernando Lobo Amaral, Advogado.

Júri G

Raimundo Manuel da Silva Queiroz, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;
Eldad Mário Neto, Advogado;
Gabriela Costa da Palma Martins, Notária;
Luís Eduardo Branco de Almeida Gominho, Juiz Desembargador;
Amadeu José dos Santos, Advogado;
Suplentes:

António Manuel Azevedo Ferreira Xavier Beirão, Procurador Adjunto;
Celso José das Neves Manata, Procurador da República;
Jorge Gregório, Advogado;
Joel Timóteo Ramos Pereira, Juiz de Direito;
Rocha Neves, Advogado;
José Manuel Duro Mateus Cardoso, Juiz Desembargador;
Maria Adélia Caetano Tiago, Conservadora do Registo Predial;
Rodrigo Jardim, Advogado.

Na falta ou impedimento do Presidente de júri nomeado este será substituído pelos membros dos respectivos júris discriminados como se segue:

Júri A — Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias, Procurador da República.

Júri B — Jorge Manuel Almeida dos Reis Bravo, Procurador da República.

Júri C — José Eduardo Miranda Santos Sapateiro, Juiz Desembargador.

Júri D — Luís César Marques Pinto Gomes, Procurador da República.

Júri E — João Francisco Aveiro Pereira, Juiz Desembargador.

Júri F — Ana Maria Carvalho Massena Carreiro, Procuradora da República.

Júri G — Luís Eduardo Branco de Almeida Gominho, Juiz Desembargador.

Tribunais Administrativos e Fiscais

Júri A

José Norberto de Melo Baeta Queiroz, Juiz Conselheiro, Presidente;
 António Carvalho Gomes, Procurador da República;
 Joaquim Gil, Advogado;
 Joaquim Manuel Freitas da Rocha, Professor Universitário;
 Sofia Oliveira Pais, Professora Universitária.
 Suplentes:
 António Santa Cruz Gouveia Videira, Chefe de Divisão;
 Aurora Cunha, Docente Universitária;
 Ema de Sousa Raposo Inácio, Chefe de Divisão;
 José Manuel Esteves da Cruz, Procurador da República;
 Luís Fernando dos Santos Correia de Mendonça, Juiz Desembargador;
 Luís Cabral Moncada, Professor Universitário;
 Vera Eiró, Docente Universitária.

Júri B

Paulo José Rodrigues Antunes, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;
 Francisco António Pedrosa de Areal Rholes, Juiz Desembargador;
 Francisco Manuel Almeida Antas, Chefe de Divisão;
 Raquel Carvalho, Docente Universitária;
 Maria Augusta Antunes, Advogada.
 Suplentes:
 Afonso Nunes Figueiredo Patrão, Docente Universitário;
 Artur Costa Barros, Procurador-Geral-Adjunto;
 Armando Manuel da Luz Cordeiro, Juiz de Direito;
 Isabel Celeste Monteiro Fonseca, Professora Universitária;
 Francisco Pereira Coutinho, Docente Universitário;
 Paulo Alexandre Matos Cunha, Docente Universitário;
 José António da Costa Alves, Chefe de Divisão.

Júri C

Fernanda Martins Xavier Nunes, Juíza Conselheira, Presidente;
 José Francisco Gomes Vera, Procurador da República;
 Dora Resende Alves, Docente Universitária;
 António José Pereira da Silva, Jurista;
 Fernanda Paula Marques Oliveira, Docente Universitária.
 Suplentes:
 Francisco de Almeida Garrett, Advogado;
 Filipe Regêncio Figueiredo, Advogado;
 Luís Filipe Brites Lameiras, Juiz de Direito;
 Dora Sofia Lucas Neto Gomes, Juíza de Direito;
 Moisés Moura Rodrigues, Juiz Desembargador;
 Miguel Maria Tavares Festas Gorjão-Henriques da Cunha, Docente Universitário;
 Vitória Valério Lampeira Lourenço, Jurista.

Júri D

Amadeu Francisco Ribeiro Guerra, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;
 Rui Miguel Sousa Simões Fernandes Marrana, Docente Universitário;
 António Barreto Archer, Advogado;
 José Francisco Fonseca da Paz, Juiz Desembargador;
 Isabel Tavares, Docente Universitária.
 Suplentes:
 Ana Isabel Pacheco Valente, Jurista;
 Catarina Botelho, Docente Universitária;
 Fernando de Jesus da Luz, Procurador da República;
 Graciosa Conceição Domingos Santos Nunes, Jurista;
 Lígia Carneiro, Advogada;
 Luís Filipe Pires de Sousa, Juiz de Direito;
 Carlos Medeiros, Docente Universitário.

Júri E

António Bento São Pedro, Juiz Conselheiro, Presidente;
 Ana Cristina de Oliveira Carmona Bicho, Directora de Serviços;
 Fernando Ferreira Lino, Procurador da República;
 Tiago Macieirinha, Docente Universitário;
 Iva Carla Vieira, Advogada.
 Suplentes:
 António José Coimbra Mateus, Chefe de Divisão;
 João Nuno Cruz Matos Calvão da Silva, Docente Universitário;

António da Costa Fernandes, Juiz Desembargador;
 José Rodrigues Lourenço, Advogado;
 José Maria da Fonseca Carvalho, Juiz Desembargador;
 Paulo Alexandre Matos Cunha, Docente Universitário;

Júri F

António Políbio Ferreira Henriques, Juiz Conselheiro, Presidente;
 Paula Margarida Cabral dos Santos Veiga, Docente Universitária;
 Helena Maria de Araújo Lima Cluny Rodrigues, Procuradora da República;
 Isabel Pestana Gomes, Advogada;
 António Marques Baptista, Advogado.
 Suplentes:
 Maria Hermínia Néri de Oliveira, Juíza de Direito;
 António Marques Mendes, Advogado;
 Joaquim Pereira Gameiro, Juiz Desembargador;
 Maria Cristina Barroso de Aragão Seia Franco, Docente Universitária;
 Maria João de Sousa Coelho da Silva Frazão de Brito, Chefe de Divisão;
 Carlos Alberto Silva Martins, Director de Serviços.

Na falta ou impedimento do Presidente de júri nomeado este será substituído pelos membros dos respectivos júris discriminados como se segue:

Júri A — Luís Fernando dos Santos Correia de Mendonça, Juiz Desembargador.
 Júri B — Francisco António Pedrosa Areal Rholes, Juiz Desembargador.
 Júri C — José Francisco Gomes Vera, Procurador da República.
 Júri D — José Francisco Fonseca da Paz, Juiz Desembargador.
 Júri E — António da Costa Fernandes, Juiz Desembargador.
 Júri F — Helena Maria de Araújo Lima Cluny Rodrigues, Procuradora da República.

Tribunais Administrativos e Fiscais — Via de acesso a que se refere a segunda parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro

Júri A

António Francisco de Almeida Calhau, Juiz Conselheiro, Presidente;
 Belmiro Sá Leão, Advogado;
 João Carlos Costa Dias, Chefe de Divisão;
 António Albergaria Samarra, Advogado;
 Manuel Simões Azenha, Procurador da República.
 Suplentes:
 Jesuíno Alberto Alcântara Martins, Jurista;
 Barbara de Aguiar Tavares Teles Themudo Santos, Juíza de Direito.

Júri B

Margarida Maria Dias Pereira Lopes Bastos, Procuradora-Geral-Adjunta, Presidente;
 Ana Machado Dias, Advogada;
 Carla Vanina Matias Salvador Ferreira, Jurista;
 Domingos Lopes, Advogado;
 Eugénio Martinho Sequeira, Juiz Desembargador.
 Suplentes:
 Manuel Gonçalves da Silva, Jurista;
 Maria Carolina Durão Pereira, Procuradora da República.

Júri C

Luís Pais Borges, Juiz Conselheiro, Presidente;
 Carla Paula Bello da Silveira Batista Lamego, Procuradora da República;
 Luísa Novo Vaz, Advogada;
 João Lino, Advogado;
 João Manuel Conceição dos Santos, Jurista.
 Suplentes:
 Luísa Maria Balinha Soares, Juíza de Direito;
 Maria de Fátima Oliveira, Jurista.

Júri D

José Marques Rodrigues, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;
 Esperança da Conceição Pereira Mealha, Juíza de Direito;
 Jorge Manuel Pereira Tomás, Jurista;

José de Almeida Fernandes, Advogado;
Manuel Manso Fernandes, Jurista.
Suplentes:

Maria Raquel Poças Vicente da Rosa, Procuradora da República;
Marques Ascensão, Advogado.

Na falta ou impedimento do Presidente de júri nomeado este será substituído pelos membros dos respectivos júris discriminados como se segue:

Júri A — Manuel Simões Azenha, Procurador da República.

Júri B — Eugénio Martinho Sequeira, Juiz Desembargador.

Júri C — Carla Paula Bello da Silveira Batista Lamego, Procuradora da República.

Júri D — Esperança da Conceição Pereira Mealha, Juíza de Direito.

Para a realização dos exames psicológicos de selecção a que alude o artigo 21.º, n.º 1, da citada Lei n.º 2/2008 de 14 de Janeiro, a entidade designada foi o Instituto Superior de Psicologia Aplicada — ISPA, com sede na Rua Jardim do Tabaco, n.º 34, em Lisboa.

24 de Maio de 2010. — *Maria Eufémia Fonseca*, Directora do Departamento de Apoio Geral.

203299125

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Aviso (extracto) n.º 10549/2010

Alexandre Gracias Palhares Mesquita, subchefe principal, afecto ao EPR Setúbal, com última morada conhecida na Rua das Flores, lote 8, 4.º dto, Amora, 2840-000 Amora, é notificado, nos termos e ao abrigo do artigo 49.º, n.º 2 do Estatuto Disciplinar aplicável por força do artigo 57.º, n.º 1 do mesmo diploma, de que, por despacho da Directora-Geral, datado de 26 de Novembro de 2009, lhe foi aplicada a pena de demissão.

18 de Maio de 2010. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

203291916

Despacho (extracto) n.º 9112/2010

Por despacho do Ministro da Justiça, e nos termos do regime previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 351/99, de 3 de Setembro, foram designados para o exercício de funções de direcção dos estabelecimentos prisionais correspondentes, com efeitos a 17 de Dezembro de 2009:

Licenciado Paulo Manuel Sales Moimenta de Carvalho, Administrador Prisional de 4.º grau, para o Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo.

Licenciada Maria Fernanda Monteiro da Cunha Barbosa, Administradora Prisional de 3.º grau, para o exercício de funções de Direcção do Estabelecimento Prisional Regional de Guimarães.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.).

20 de Abril de 2010. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

203292167

Despacho (extracto) n.º 9113/2010

Por despacho de 29 de Abril de 2010, do Director-Geral dos Serviços Prisionais, e nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º e n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, foram designados para o exercício de funções de adjunto da direcção dos estabelecimentos prisionais correspondentes, em regime de comissão de serviço pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2010:

Licenciado José Valdemar Borges, técnico superior, para o Estabelecimento Prisional Regional de Viseu.

Licenciado Jorge Filipe Bento Gregório, técnico superior, para o Estabelecimento Prisional de Caxias.

Licenciado Pedro Marques Alves Lecercle Sirvoicar, técnico superior, para o Estabelecimento Prisional de Alcoentre.

05 de Maio de 2010. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

203292556

Despacho (extracto) n.º 9114/2010

Por despacho de 15 de Abril de 2010, do Ministro da Justiça, e nos termos do regime previsto no n.º 1 do artigo 9.º e artigo 18.º do Decreto-Lei

n.º 125/2007, de 27 de Abril, e do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 351/99, de 3 de Setembro, foram designados para o exercício de funções de direcção dos estabelecimentos prisionais correspondentes, com efeitos à data do despacho, os seguintes trabalhadores:

Licenciado António Manuel Gonçalves Leitão, técnico superior principal de reeducação, para o Estabelecimento Prisional de Alcoentre;

Licenciado Joaquim Manuel Cardoso dos Santos, técnico superior, para o Hospital Prisional de S. João de Deus;

Licenciado João Paulo dos Santos Gouveia, inspector principal, para o Estabelecimento Prisional de Évora e Estabelecimento Prisional Regional de Setúbal;

Licenciado José Júlio Carvalho da Silva, técnico superior principal de reeducação, para o Estabelecimento Prisional Regional de Vale do Sousa.

06 de Maio de 2010. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

203292353

Despacho (extracto) n.º 9115/2010

Por despacho do Director-Geral, de 11 de Maio de 2010, foi autorizado, ao abrigo do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, o regresso ao serviço da situação de licença sem vencimento de longa duração de Hélder Fernando Gavaia Santos, guarda prisional, do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com efeitos a 17 de Maio de 2010. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

12 de Maio de 2010. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

203292053

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 9116/2010

Ao completar o módulo de tempo necessário à promoção na carreira, o trabalhador, findo o exercício de funções dirigentes, tem direito ao provimento em categoria superior com dispensa de concurso, a atribuir em função do número de anos de exercício continuado naquelas funções, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a última redacção conferida pela Lei n.º 64-A/2008, 31 de Dezembro.

Considerando que a Inspectora Principal Maria Custódia Martins Fernandes Pereira Correia, vinha exercendo funções de Chefe de Divisão, sem interrupção, desde 6 de Novembro de 2000;

Considerando que os respectivos pressupostos foram confirmados pela Secretaria Geral do MEID, em 26.03.2010,

Considerando que o acesso à categoria produz efeitos a 22 de Março de 2007,

Considerando a actual categoria detida pela trabalhadora, tem esta, o direito à efectivação na categoria de Inspector Superior Principal, da carreira de Inspector Superior,

Determino o provimento da trabalhadora na categoria de Inspector Superior Principal, escalão 1, índice 780, da carreira de Inspector Superior, com efeitos à data em que adquiriu o direito à efectivação do acesso na carreira.

Lisboa e ASAE, 4 de Maio de 2010. — O Inspector-Geral, (*António Nunes*).

203289105

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 9117/2010

Em conformidade com o disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 12 de Fevereiro, e por despacho de 24 de Novembro de 2009, do Sr. Director Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo,